



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657



FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PROJETO PEDAGÓGICO E ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL

LIVIA ROBERTA SILVA TELES COSTA
MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES
DANIELLE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

1. INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo é refletir sobre alguns aspectos da formação profissional e estágio curricular do assistente social a partir de dados preliminares de uma pesquisa que está sendo realizada sobre os cursos presenciais públicos localizados na região nordeste.

É importante demarcar que a proposta de pesquisa situa a formação profissional num contexto de totalidade. Assim sendo, a perspectiva é compreendê-la enquanto processo inserido no contexto social, econômico e político, onde recebe o impacto das determinações inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Com isso pretende-se sinalizar o movimento contraditório e dialético que provoca as transformações ocorridas no âmbito da formação. Cabe ainda ressaltar que formação profissional, estágio curricular estão articulados entre si exercendo e recendo influências do contexto em que está inserido.

O artigo traz inicialmente algumas reflexões sobre formação profissional situando dados da pesquisa que está sendo desenvolvida. Em seguida faz uma abordagem sobre o estágio curricular fazendo parte desse processo. A Lei de Diretrizes e Bases, a LDB 9394/96 deixa evidenciado a importância da elaboração do projeto pedagógico com base nas diretrizes curriculares que orientam os cursos.

A literatura enfatiza que o Projeto Político Pedagógico (PPP) de um curso é um documento que imprime uma direção com especificidades e singularidades, apresentando de forma clara o funcionamento do curso, determinando suas prioridades, sua inserção no contexto social, econômico e acadêmico do país. É a partir dele que são estabelecidas as metas e estratégias concretas para assegurar a realização de seus objetivos perante a sociedade na qual o curso está inserido. Nesse sentido, a pesquisa que está subsidiando esse artigo partiu da análise documental de 10 (dez) projetos pedagógicos de cursos presenciais de Serviço Social localizados na região nordeste.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

O projeto ético-político do Serviço Social tem como perspectiva uma formação crítica e de totalidade, para tanto se destaca a interação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa durante todo processo. Entretanto, deve-se analisar o Serviço Social inserido numa realidade mais ampla, a sociedade capitalista e as suas múltiplas transformações.

Nesse sentido, a lógica neoliberal e seus rebatimentos na educação superior recaem fortemente na formação profissional do assistente social, ao passo em que ambas possuem propostas totalmente divergentes. Nessa perspectiva a mercantilização e o aligeiramento do ensino, que estão vinculados ao neoliberalismo, caracterizam-se como um solo desafiador para o que é defendido pela profissão.

Os impactos da contrarreforma nas universidades federais, formação dos assistentes sociais e exercício profissional estão presentes, entre outros aspectos, na expansão de vagas e de cursos, principalmente na esfera privada; na

modalidade de ensino a distância; na precarização do trabalho. Observa-se que são ações totalmente contraditórias, já que o Serviço Social possui um projeto ético-político contra hegemônico, diferente da lógica neoliberal que vem sendo implementada. Dentre os reflexos, destaca-se o risco da redução do tempo de formação, “a redução da autonomia dos docentes na escolha de temáticas contra hegemônicas”, a inviabilização de uma formação que garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o surgimento de novas ocupações, na linha da fragmentação do pensamento e a “profissionalização”, dentre outros elementos. (CISLAGHI, 2011).

Dito isso, afirma-se a necessidade de

[...] qualificar o profissional para que ele se debruce sobre a realidade e, como sujeito histórico possível, repense e force ao máximo suas possibilidades reais de intervenção em uma dada historicidade. [...] É preciso reconhecer, ao mesmo tempo, os imensos desafios contemporâneos e suas armadilhas para por em movimento, na atualidade, uma proposta de formação profissional sustentada nos parâmetros aqui reivindicados. (SILVA, 2008, p.6-7).

A análise de textos que abordam os currículos do curso de Serviço Social de 1982 e de 1996 enfatiza o processo coletivo desencadeado entre docentes, discentes e profissionais para a construção da proposta curricular. Com esse breve resgate pretende-se situar a construção coletiva do projeto ético-político a partir da década de 1980, com a participação ativa das organizações[1] representativas dos profissionais, dos docentes e discentes, priorizando a teoria social de Marx.

Dentre o aparato legal que sustenta os parâmetros defendidos pela categoria, menciona-se as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social da ABEPSS/1996; a Lei de Regulamentação da Profissão/1993; o Código de Ética/ 1993, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS/2010, dentre outros.

Com o objetivo de analisar a estrutura e o funcionamento dos cursos, por meio dos projetos pedagógicos, foram elencados alguns aspectos, dentre os quais destacaremos os *objetivos do curso* e as *competências e habilidades*.

Os objetivos dos cursos foram identificados em todos os projetos pedagógicos analisados, em alguns foram explicitados por meio de textos corridos, enquanto outros expõem de forma dividida: geral e específico. Foi notória a preocupação com a formação crítica e qualificada dos assistentes sociais como um dos objetivos do curso, o que se caracteriza como importante para a defesa do projeto ético-político defendido pela categoria. Além disso, os projetos destacaram a necessidade de uma formação que permita apreender o processo histórico como totalidade, a fim de identificar os limites e possibilidades postos na realidade social.

Dito isso, destaca-se a importância do projeto pedagógico como um mecanismo de embasamento e fortalecimento do posicionamento político adotado pela profissão, que supõe a inexistência de neutralidade e a necessidade de transformação da realidade social.

No tocante às habilidades e competências, os projetos pedagógicos vinculam-se, majoritariamente, ao que está presente nas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social da ABEPSS. Entretanto, é preciso compreender o processo que envolve a regulamentação das diretrizes por parte do Ministério da Educação, os seus recortes e ajustes. Pois,

A então detalhada proposta de diretrizes curriculares, discutida e aprovada coletivamente em Assembleia Extraordinária da Abepss em 1996 após inúmeras oficinas locais, regionais e debates em oficina nacional (KOIKE, 1999), foi duramente esvaziada pelo MEC, que lhe excluiu aspectos estratégicos e decisivos para a articulação das diversas dimensões do Serviço Social (teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa), tendendo a fragilizar o projeto de formação profissional para a nossa área e sua orgânica relação com o projeto ético-político profissional. (ORTIZ, 2013, p. 14).

Dentre as habilidades e competências mencionadas ao longo dos projetos pedagógicos chama-se atenção para “utilização dos recursos da informática” presente no PPP do curso da UFAL- Palmeira dos Índios.

3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO A PARTIR DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

O estágio é uma disciplina obrigatória segundo as diretrizes curriculares cuja carga horária mínima é estipulada por cada Unidade de Formação Acadêmica (UFA). Este aspecto fica evidenciado na análise dos respectivos projetos pedagógicos quando situam o estágio em períodos distintos. Isto é cada Instituição de Ensino Superior- IES tem autonomia para elaborar seu projeto pedagógico, definir a carga horária e a localização na estrutura curricular. Nesse sentido, segundo a Resolução nº 533 de 29/09/2008 do CFESS:

[...] é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

De acordo com a PNE o estágio curricular em Serviço Social, consubstanciado nas reflexões de Guerra (2006), deve possibilitar ao discente:

a apreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social; das condições de trabalho dos assistentes sociais; das conjunturas; das instituições; do universo dos trabalhadores usuários dos diversos serviços e das políticas sociais. Neste aspecto, exige conhecimentos teóricos e saberes prático-interventivos, além, é claro, dos fundamentos e da lógica tendencial que os constituem (ABEPSS, 2010, p.12) .

Seguindo as Diretrizes Curriculares e respaldado na Política Nacional de Estágio – PNE, o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. A carga horária das atividades de campo deve ser de, no máximo, 30h semanais (conforme a lei 11.788/2008 estágio), além da realização de, no mínimo, 03 horas/aula semanais de supervisão acadêmica. As exigências de cada nível de estágio devem seguir especificidades e atividades progressivas, coerentes com os demais componentes curriculares e objetivos próximos aos conteúdos do período cursado.

A partir desses parâmetros as diferentes UFA's estipulam a carga horária, disciplinas e semestres em que o estágio ocorre. Ao longo da pesquisa percebeu-se que, em 4 (quatro) cursos(UFRB;UFS;UFAL/Arapiraca; UFRN), são ofertadas três disciplinas de estágio enquanto em 6 (seis) cursos (UFAL/ Campus A.C.Simões; UECE; UFRN; UFPi; UFPb; UFMa), foram duas disciplinas. Outro dado que chamou a atenção é que em cinco cursos (UFRB;UFAL/Arapiraca; UFAL/ A.C. Simões; UECE e UFRN) o estágio começa a partir do 5º semestre, em dois cursos (UFPi;UFPb) a partir do 6º semestre, em um curso (UFS) a partir do 8º semestre; em um curso (UFMa) no sétimo e em um curso no 4º semestre.

É importante ressaltar que o estágio curricular é o primeiro contato que o discente tem com a área que está cursando, ele terá que ser acompanhado por supervisores (acadêmico e de campo) que orientam quanto a aplicação de conhecimentos adquiridos ao longo do curso e estabelecer a unidade entre teoria e prática.

Buriolla (1995) e Lewgoy (2009) mostram que a produção teórica sobre supervisão de estágio em Serviço Social sempre foi escassa e fragmentada, não se constituindo numa reflexão significativa para a área. As autoras identificam que a gênese da supervisão em Serviço Social está relacionada à criação das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil, em 1936, em São Paulo e em 1937, no Rio de Janeiro. Entretanto, a revisão da literatura empreendida pelas autoras, sobre o tema mostra que até a década de 1960, a publicação de estudos avançou de uma etapa de tradução de livros norte-americanos para uma produção própria, porém sob a mesma influência das teorias importadas.

Esses estudos, e em especial o de Lewgoy, reproduzem a forma tradicional de conceber a supervisão de estágio em Serviço Social destacando algumas peculiaridades por década. Nos primórdios do Serviço Social, sob a hegemonia da ideologia da doutrina social da igreja católica, do supervisor era requisitado o papel de doutrinador. Na década de 1940, a influência norte americana, exige o caráter tecnicista e pedagógico da supervisão. Segundo Lewgoy (2009, p.74)

durante as décadas de 1950 e 1960 foi forte a influencia da área pedagógica na supervisão em Serviço Social [...] a supervisão tendo como solo a formação profissional, recebia influência das práticas educativas vigentes, que, por sua vez, ao serem fenômeno social e universal, tronavam-se necessárias no processo de supervisão.

A influência do movimento de reconceituação em todo o Serviço Social brasileiro a partir da década de 1970 proporcionou avanços teóricos na direção de uma postura crítica, de uma aproximação à teoria marxista, mas esse movimento não repercutiu na literatura e na prática da supervisão de estágio em Serviço Social, apesar de serem constatadas alterações nas concepções e fundamentos da supervisão (BURIOLLA ,1995; LEWGOY, 2009) .

Em termos políticos e jurídico-normativos, observa-se que as organizações coletivas dos assistentes sociais têm avançado e provocado uma série de debates focalizando o estágio e a supervisão como objetos de reflexão e normatização a partir das diretrizes curriculares /1996 e da PNE/2009 numa tentativa de consolidá-los como elementos integrantes da formação e do exercício profissional. Faz-se necessário a ampliação e aprofundamento da produção teórica sobre a temática para superar o “desprezo” a que se referiu Buriolla (1995) e o “marasmo” a que se refere

Lewgoy (2009) ao constatar o vácuo nessa produção.

Constata-se um movimento interno no Serviço Social para ampliar os espaços de debate sobre o estágio e a supervisão vinculado as condições sócio-históricas em que se realiza a formação profissional e as alterações da política da educação. Os elementos estruturais e conjunturais são determinantes para a busca de respostas às exigências e desafios contemporâneos. Assim, a compreensão desse processo implica o desvelamento das atuais configurações da sociedade, baseadas em um novo modelo de acumulação do capital com predominância do ideário neoliberal e suas implicações, entre elas, a redução dos direitos sociais, novos padrões de produção e organização do trabalho (precarização, desregulamentação, desemprego), alta concentração de renda e pauperização. Convém alertar que as mudanças oriundas desse processo assumem um caráter diferenciado no Brasil pela forma particular de constituição e articulação ao desenvolvimento do capitalismo.

Esse cenário repercute no Serviço Social, uma profissão de natureza interventiva que tem a “questão social” como matéria prima do seu trabalho. A formação e o exercício profissional e, conseqüentemente, o estágio e a supervisão, enquanto partes dessa totalidade, foram e são atravessados por tais determinantes, seja nos aspectos que incidem diretamente no projeto de mercantilização do ensino superior e de precarização do trabalho docente, afetando a qualidade da formação profissional, seja no âmbito do mercado de trabalho do assistente social e das demandas de qualificação profissional, bem como nas condições de trabalho.

As reflexões acima contribuem para compreender algumas determinações que atuam na formação profissional do assistente social, e trazem implicações especialmente para o estágio supervisionado. Sendo assim, a problematização da supervisão de estágio em Serviço Social deve ser contínua, propiciando uma reflexão crítica sobre os encontros e desencontros que ela promove na direção de uma formação e de um exercício profissional crítico, propositivo, investigativo e interventivo, comprometido com o projeto ético-político hegemônico na categoria. Entretanto, vale ressaltar que, alguns estudos sobre a implementação das diretrizes curriculares nos cursos de Serviço Social evidenciam que esse processo tem enfrentado dificuldades, especialmente no campo do estágio e da supervisão (RAMOS et al.,2004).

Compreende-se a relevância dos pontos sinalizados acima, entretanto, o processo de pesquisa não permitiu a identificação de dados que mostrem a operacionalização da dinâmica de supervisão de estágio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados preliminares da pesquisa nos permitem dizer que o projeto pedagógico dos cursos de Serviço Social foram elaborados de forma coletiva. Ele se constitui em um instrumento fundamental para explicitar aspectos essenciais como fundamentação teórica, habilidades e competências, objetivos da formação, a estrutura e organização dos diferentes componentes curriculares, incluindo o estágio curricular obrigatório.

Observa-se que a formação crítica e qualificada dos assistentes sociais constitui-se num dos objetivos dos distintos projetos pedagógicos favorecendo a defesa do projeto ético-político defendido pela categoria. Ainda está evidenciada na análise documental dos projetos a necessidade de uma formação que permita apreender o processo histórico como totalidade, a fim de identificar os limites e possibilidades postos na realidade social.

O desafio é a operacionalização do que está preconizado nas diretrizes curriculares e, materializado nos projetos pedagógicos das Unidades de Formação Acadêmica – UFA, no contexto de capitalismo neoliberal.

REFERENCIAS

ABESS/CEDEPSS, “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” in Cadernos ABES, nº 7. São Paulo, Cortez. 1997.

ABEPSS. **Política Nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e em Serviço Social.** Disponível em: . Acesso em 20 de janeiro de 2015.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 21 Jan, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEFESS nº. 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

BENTO, Karla Lucia. LONGHI, Simone Raquel Pagel. Projeto Político Pedagógico Uma Construção Coletiva. Revista de

divulgação técnico-científica do ICPG, Vol. 3 n. 9 - jul.- dez. 2006.

BURIOLLA, M. A. F. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo. Cortez, 1995.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273/1993, de 15 de março de 1993 e modificado pelas resoluções CFESS nº 290/94 e 333/96.

_____. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** em 20 de janeiro de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Ed. Atlas S.A. 1995.

LEWGOY, A.M.B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. MEC. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:< **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** em 18 de janeiro de 2015.

Minguili MG; Daibem AML. Projeto pedagógico e projeto de ensino: um trabalho com os elementos constitutivos da prática pedagógica. IN: Pinho SZ (Coord): Oficinas de estudos pedagógicos: reflexões sobre a prática do ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP-PRG, 2008.

RAMOS, Maria Aparecida et al. O estágio na formação profissional: o debate sobre os desafios e as formas de enfrentamento. In: **IX ENPESS. Anais**. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

_____. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis** 4. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELOS, C. dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político – Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 5.ed. São Paulo: Libertad 2004 (Subsídios pedagógicos do Libertad).

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo. Editora Polis. 1980.

[1]O conjunto CFESS / CRESS (Conselho Federal e os Regionais do Serviço Social) representando todos os profissionais de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) representando os docentes das diferentes Unidades de Formação Acadêmica (UFA's) e o movimento estudantil através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

[1]Graduada no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Egressa do Programa de Educação Tutorial – PET – inserção na pesquisa em 2013. Telefone: (79) 9807-8140. liviaroberta_tell@yahoo.com.br . Membro do grupo de pesquisa “Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

[1][1]Assistente Social, Professora vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Telefone: (79) 8842-1013. Email: licavasconcelos@gmail.com. Membro do grupo de pesquisa “Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

[1]Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Aluna do curso DSS/UFS, bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET – inserção na pesquisa em 2014. Telefone: (79) 99265033 Email: dnll.oliveira@hotmail.com. Membro do grupo de pesquisa “Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

Recebido em: 29/04/2015

Aprovado em: 10/05/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: